

# No DF, o clima é de "sufoco"

Apesar de uma estimativa otimista para esta safra, com um aumento de 40% na produção agrícola do Distrito Federal, os produtores rurais estão apreensivos quanto ao futuro. A insegurança com a indefinição do governo no que se refere às taxas de juros, à volta da correção monetária, à deficiente capacidade armazenadora do DF e as dificuldades de comercialização dos produtos são os principais problemas da classe rural, que teme, inclusive, falências no setor.

Assim como os produtores rurais de todo o país, no Distrito Federal o principal «monstro» da agricultura é a alta dos juros. Embora parcialmente aliviados com o aumento dos preços mínimos dos produtos agrícolas em torno de 38%, uma média considerada satisfatória, os produtores rurais continuam inseguros com relação à política de juros. Eles não concordam com a cobrança da correção montária e nem com a elevação dos juros, que vem ocorrendo no mercado. Caso permaneça esta política, prevê em muitos casos de insolvência, já que a produção não pagará os juros dos financiamentos feitos para esta lavoura.

A história desta safra teve um início promissor, com a implantação do Plano Cruzado, que apresentava juros de 10% ao ano nos financiamentos para crédito rural. Grande parcela dos produtores resolveu investir, acreditando no sepultamento da temerosa correção monetária, que nas safras anteriores onerava a lavoura. Os investimentos iniciais foram durante a preparação do solo, por volta de agosto. Nesta mesma época, no entanto, surge uma grande demanda, que trouxe o principal responsável pelo encarecimento da lavoura, o ágio, com o qual o produtor não contava.

A situação piorou, na fase de plantio, a partir de outubro, momento em que os fertilizantes desapareceram do mercado e quando havia oferta, eram comprados com ágios superiores a 100%. Tudo isto não fazia parte da programação de gastos do produtor, que teve de dispor, além dos grandes financiamentos iniciais, de financiamentos complementares para



*Apesar do aumento dos preços mínimos, lavradores temem os artifícios da correção*

prosseguir no plantio das culturas. O problema é que as taxas de juros destes financiamentos que, em agosto encontravam-se em 10%, hoje atingem até 400%.

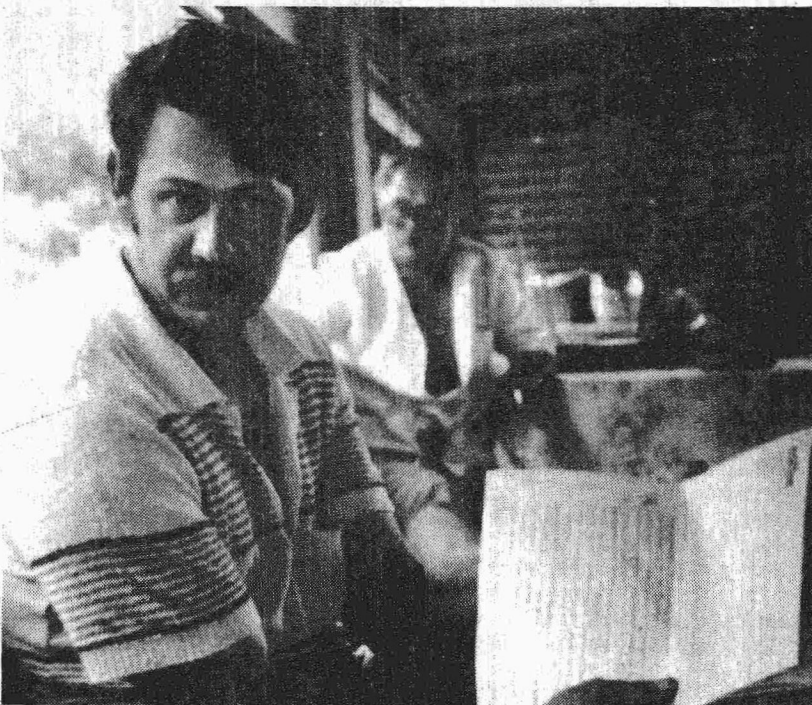
Como os «fiscais do Sarney», também os produtores rurais se sentem traídos com a nova política econômica do governo. A insegurança é predominante entre a

classe rural, para a qual as «regras a serem utilizadas em relação à futura política das taxas de juros não são claras». O presidente da Federação das Associações de Produtores Rurais do Distrito Federal, Damião Souza Neto, acha que, fatalmente muitos produtores rurais se depararão com a inviabilidade de pagar os empréstimos,

devido às altas taxas de juros previstas. «Segundo o governo, deve permanecer em 10%, mas acrescido da correção monetária, com a qual não contávamos na época dos financiamentos», argumentou.

Mas não se precisa ir muito longe para encontrar a cobrança da correção monetária em financiamentos de crédito rural feitos durante o Plano Cruzado. De acordo com o presidente da Federação dos Produtores, o Banco de Brasília (BRB) manteve o índice de 10% para os contratos já firmados, mas o Banco do Brasil está utilizando o artifício da correção monetária, com a atual LBC — Letras do Banco Central nos antigos contratos.

Neste caso está o produtor Lari Atanácio Dhein, há sete anos produzindo no Núcleo Rural de Pipiripau. Para proceder ao plantio de milho, soja, feijão e arroz que devem render aproximadamente seis mil sacar de grãos, viu-se obrigado a fazer dois financiamentos no valor total de Cz\$ 223.775,00 e como «os juros estavam baixos», até mesmo de uma colheiteira da ordem de Cz\$ 280.000,00. Só que no final de dezembro, o BB debitou na sua conta mais de Cz\$ 40.000,00 de correção monetária. «Isto não constava no meu contrato, e se soubesse, não teria feito o financiamento», desabafou.



*Lari Atanácio não contava com juro alto para sua colheiteira*